

A crise da saúde

Albert Szent-Györgi definia: "Descoberta é ver o que todo mundo vê e pensar o que ninguém pensou." O ministro Adib Jatene vê o que todos vemos e é um dos poucos a pensar que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CMPF) resolverá os problemas financeiros do Ministério da Saúde. Por estar fixado nessa idéia, não descobre que a CPMF poderá até resolver o problema de fluxo de caixa de alguns hospitais, mas não resolverá o problema da saúde no Brasil e, por acréscimo, criará dificuldades em áreas que estão fora do controle do ministro da Saúde.

Com a economia estável, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira é um gravame que retira o atrativo de qualquer aplicação financeira, significando isso que boa parte da poupança nacional sentirá forte desestímulo de continuar no sistema financeiro tradicional. É, ademais, um imposto em cascata, isto é, encarece a produção e reduz a competitividade perante os produtores estrangeiros. No entanto, se resolvesse as mazelas da saúde brasileira, os benefícios superariam os ônus e valeria a pena responder positivamente às exigências do ministro Jatene. Ocorre, porém, que se estabeleceu uma cifra aleatória para injetar no sistema de saúde, mais especificamente, nos hospitais particulares conveniados — cifra que já oscilou dos R\$ 6 bilhões aos R\$ 4 bilhões, o que indica que qualquer número serve — e ninguém garante que a coisa fique por aí. A experiência, ao contrário, indica que, providenciados os R\$ 4 bilhões, imediatamente se constatará a falta de outro tanto.

O problema da saúde não reside exclusivamente na falta de dinheiro para os hospitais particulares conveniados, como faz crer aos mais desatentos a pregação obsessiva do dr. Jatene. Pelo que se lê nos jornais — e os periódicos, bem como os programas de escândalo da televisão costumam refletir bem a situação, admitindo-se os desajustes de tom e brilho — não há muita gente morrendo por falta de atendimento médico-hospitalar. Está morrendo quem caiu em determinadas arapucas privadas

sustentadas pelo poder público, que não se dá ao trabalho de fiscalizar a aplicação do dinheiro, de estabelecer normas técnicas mínimas para o atendimento ao público, não inspeciona as condições de atendimento e tratamento dos pacientes e ainda hesita em fechar os matadouros da hemodiálise e da geriatria.

Seria interessante que o dr. Jatene, vendo o que todos vemos, avaliasse por que as autoridades sanitárias, ele inclusive, "descobrem" que essas casas de morte não podem ser fechadas imediatamente, num raciocínio que colide com o mais elementar senso comum. São as únicas a prestar serviço, são peça essencial ao serviço de saúde? Como, se matam por atacado? O dr. Jatene e as demais autoridades sanitárias aceitariam almoçar num restaurante que

apresentasse as mesmas condições de higiene da Clínica Santa Genoveva, que a televisão exibiu implacavelmente? Em São Paulo, o prefeito tem mandado fechar restaurantes que perto daquelas imagens resplandecem de limpeza. O que o povo pensa disso não foge à evidência óbvia: o prefeito frequenta restaurantes e coleciona vinhos, mas não é restaurateur; já o ministro e as autoridades sanitárias, bem, estes são médicos, tal qual os donos das clínicas que matam.

Essa ligação, dada a notória honradez do dr. Adib Jatene e de quem mais administra o sistema de saúde, é indevida, ilegítima e espúria. Mas como evitar que as mentes simples que compõem a base da opinião pública pensem assim, se o que registram na memória é a omissão, o descaso, a protelação e a indiferença oficiais diante de cenas terríveis?

O sistema de saúde precisa de mais dinheiro, sim. Mas, mais urgente que o dinheiro, precisa de uma injeção de decência e de austeridade, de cima abaixo, para purgá-lo da prática rotineira das pequenas e das grandes fraudes e para a expulsão de médicos que há muito deixaram de dever a Asclépius para sacrificar a Mamom. Isso só pode ser feito por um homem dotado de grandes qualidades republicanas. É o dr. Jatene? Tanto melhor!



■ Antonio Carlos Pereira é editorialista do "Estado"

Mais urgente que dinheiro, o sistema precisa de uma injeção de decência e de austeridade